

Superior Tribunal de Justiça

AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1448232 - MS (2019/0038114-1)

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
AGRAVANTE : LAURENNE COSTA DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : RENATA TERUMI SHIGUEMATSU YASSUDA
AGRAVANTE : ELIMAR NASCIMENTO COELHO
ADVOGADO : ROSA LUIZA DE SOUZA CARVALHO E OUTRO(S) - MS005542
AGRAVADO : CAMPO GRANDE NOTÍCIAS LTDA
AGRAVADO : LUCIMAR DA CRUZ COUTO
AGRAVADO : LUANA RIBEIRO RODRIGUES
ADVOGADOS : FELIX JAYME NUNES DA CUNHA - MS006010
FLAVIA MOYA PELEGRINI - MS015430A

EMENTA

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AGRADO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. JORNAL DIGITAL. NOTÍCIA. DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO MÉDICO. CASO DE GRANDE REPERCUSSÃO. LIMINAR INDEFERIDA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3).
2. Na hipótese, o indeferimento do pleito liminar, proferido pelo tribunal de origem em sede de cognição sumária, decorreu da convicção de que o objeto da tutela de urgência confunde-se com o mérito da controvérsia.
3. Não prosperam as alegações postas no presente recurso, porquanto não há como afastar a incidência da Súmula nº 7/STJ, porque desconstituir as premissas estabelecidas pelo tribunal local ensejaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos.
4. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Relator